

A Operação Condor.

Lugar de fala e enquadramento na narrativa jornalística da História.

Maria Jandyra Cavalcanti Cunha
Universidade de Brasília

Introdução

Neste estudo, analiso a narrativa jornalística em três livros-reportagem que registram um fato importante da história da América do Sul nos anos 1970: o surgimento e as ações da Operação Condor, a maior organização de terrorismo de Estado que o mundo já conheceu.

Os três livros – *As garras do Condor*, de Nilson Mariano (2003); *Os anos do Condor. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*, de John Dinges (2004); e *Operação Condor. O sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura*, de Luiz Cláudio Cunha (2008) – têm enquadramentos distintos. Por isso, primeiramente conceituo 'enquadramento' nos estudos de jornalismo, antes de identificar o fato histórico focado nos livros. Em seguida, localizo o lugar de fala dos autores e o enquadramento por eles dado em cada livro. Por último, faço algumas considerações sobre a contribuição dos três trabalhos para a compreensão de uma história mais plena sobre a Operação Condor.

Enquadramento

Na narrativa, a focalização é reveladora. Quem narra para o leitor? Como narra? De que ângulo narra? As respostas a essas perguntas identificam o foco narrativo, o ponto a partir do qual o leitor acompanha o desenrolar da narrativa. Um narrador onisciente, uma personagem ou o protagonista podem contar a história. Dependendo de quem a conta, a focalização será distinta.

As questões sobre o ponto de vista do narrador na teoria literária são correlatas às reflexões sobre o lugar de fala feita na antropologia e sobre o enquadramento discutido em estudos sociolinguísticos e jornalísticos.

Em um ovular artigo sobre como o conhecimento sobre a observação etnográfica transita na narrativa antropológica, Margareth Mead explica o 'lugar de fala' ao mostrar que o antropólogo não entra *in loco* como uma tábula rasa. Seu olhar é marcado por variantes de gênero, idade, formação profissional e cultura. Também o leitor recebe a narrativa marcada por uma história de vida dentro de coordenadas de tempo e espaço. Nas relações sociais responsáveis, afirma a antropóloga estadunidense, o uso da expressão 'de onde estou sentada' (ou, acrescento, a equivalente 'de onde falo') é “uma admissão de que uma pessoa não enxerga mais do que parte da verdade”.¹

O termo 'enquadramento', *framing*, surgiu nos estudos da linguagem com o trabalho do sociólogo canadense Erving Goffman. Para Goffman, para quem a linguagem é um *locus* social, os enquadramentos são estruturas da conversação e seus mecanismos organizadores em encontros sociais. Ele pesquisou a interação face a face como microcosmo social e postulou que há regras culturais que estabelecem como os indivíduos devem se conduzir em uma situação social. São essas regras que fundamentam os *frames*, “os princípios organizacionais que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles”.² O enquadramento é compartilhado por interlocutores de uma mesma cultura, a partir de expectativas

¹ Mead, 1996: 22. O ensaio de Margareth Mead – em verdade, um capítulo de *Male and Female* publicado originalmente em 1949 – pautou o livro que escrevi com o jornalista Geraldo Hasse, o antropólogo Milton Guran, a professora de literatura Cristina Stevens e o psiquiatra Frederico Menezes sobre migração e identidade, no qual analisamos o tema sob diferentes perspectivas. (Ver Cunha, 2007).

² Goffman, 1974: 10.

recíprocas e comuns em um espaço social delimitado. Assim, o espaço emoldurado, *frame space*, funciona como a arena social em que os interlocutores estabelecem sua relação.

Nos estudos de jornalismo, o cientista político e também sociólogo Todd Gitlin observa os enquadramentos [midiáticos] como “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão”, por meio dos quais o discurso, seja ele verbal ou visual, é organizado pelos profissionais de comunicação³. O conceito é ampliado por Robert Entman, cientista político e professor de Comunicação, para quem “enquadramentos, tipicamente, diagnosticam, avaliam e prescrevem”.⁴ Na linha de Entman, Luiz Gonzaga Motta, jornalista e teórico da comunicação, assume que a mídia não só agenda nossas preocupações, mas também influi em como pensamos acerca dos temas políticos.⁵

Neste estudo, em que analiso livros-reportagem sobre a Operação Condor, defino 'enquadramento' como **o emolduramento de um fato [político] em episódios selecionados, apresentados e enfatizados – não só na forma, com a construção narrativa, o uso de recursos estilísticos e reforço de linguagem, mas também no conteúdo com a presença ou não de fontes, e a evidência de documentação e fotografias (conteúdo) – por jornalistas que escrevem a partir de seus lugares de fala, localizados por coordenadas culturais de tempo e espaço.**

O fato

Dois anos após a queda do regime democrático do presidente Salvador Allende em 1973, militares de países vizinhos no extremo sul das Américas reuniram-se no Chile do general Augusto Pinochet.⁶ Além dos anfitriões, estiveram presentes representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, todos países da região conhecida como Cone Sul, localizada no extremo meridional do continente.

Naquele momento, no cenário político internacional, imperava a Guerra Fria – com os Estados Unidos liderando os países de orientação capitalista por um lado e, de outro, a então União Soviética comandando o bloco comunista.

Com o conhecimento do governo dos Estados Unidos⁷, o encontro de Santiago ocorreu entre 26 a 30 de novembro de 1975, época em que todos os países da região estavam sob regimes militares ditatoriais. Em Santiago, o objetivo da reunião foi o estabelecimento de uma aliança político-militar entre os governos participantes para unir seus aparelhos repressivos e neutralizar os opositores aos seus regimes autoritários.

A aliança foi denominada Condor, em alusão ao *Vultur gryphus*, ave tradicional dos Andes que pertence à família dos catartídeos, da qual fazem parte também outros predadores como os abutres e urubus. Chamada de abutre-do-novo-mundo, chega a pesar 12 quilos e a ter três metros de

³ Gitlin, 1980: 6-7.

⁴ Entman, 1993: 52.

⁵ Motta, 2010.

⁶ Salvador Allende (1908-1973) foi eleito presidente do Chile em 1970, com uma coalisão que reuniu as esquerdas na Unidade Popular (UP). Sua eleição teve grande repercussão na América Latina que, pela primeira vez, elegia um chefe de estado socialista marxista em pleito democrático. Seu governo durou até 11 de setembro de 1973, quando houve um golpe de Estado. Allende foi assassinado na Casa de la Moneda depois que tropas militares bombardearam e invadiram a sede do Governo chileno. O Chile passou, então, a ser governado por uma junta composta por quatro chefes militares (Marinha, Aeronáutica, Exército e *Carabineros*) que, três meses depois, em 17 de dezembro, transferiu todo o poder executivo para o General de Exército Augusto Pinochet.

⁷ O jornal *The New York Times* (6/3/2001) revelou em primeira mão a existência de um documento que denunciava o fato dos Estados Unidos terem facilitado a comunicação entre os chefes da inteligência dos países sul-americanos que participavam da Operação Condor – o que sempre fora oficialmente negado. Trata-se de um telegrama enviado em 1978 pelo então embaixador estadunidense no Paraguai, Robert E. White. O documento foi originalmente descoberto pela pesquisadora J. Patrice McSherry, da Universidade de Long Island. Na ocasião, ela afirmou que o documento era uma evidência da colaboração ou, até, participação da Casa Branca na Operação Condor na forma secreta de parceria ou financiamento. (Disponível em <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/news/20010306/>, acesso em 20/08/2009).

envergadura. Suas grandes asas lhe permitem planar muito tempo e, com a visão aguçada, localizar à distância os animais mortos de que se alimenta. Consegue voar até 300 quilômetros por dia, chegando a altitude de 15 mil pés (4.572 metros) com uma velocidade superior a 80 quilômetros por hora. É considerada a maior ave de rapina do mundo.

O nome Condor pareceu apropriado para uma operação que varreria grandes distâncias para fazer muitas presas. Iniciava ali uma caçada que, ao transpor fronteiras, ultrapassar limites e violar leis, transformaria em ‘carniça’ os dissidentes políticos – entre eles, os Tupamaros uruguaios, os Montoneros argentinos e os membros do Movimento de Esquerda Revolucionaria (MIR) do Chile.

A Condor⁸ operou em três fases. Na primeira houve a formalização de troca de informações entre os serviços de Inteligência, com a criação de um banco de dados sobre pessoas, organizações e outras atividades de oposição aos governos ditatoriais. Na segunda, houve operações conjuntas nos países e troca de prisioneiros, com os agentes da repressão local envolvidos na localização e prisão de opositores caçados por governos estrangeiros. A terceira e última fase, a mais arrojada, ficou marcada pelas execuções e atentados fora da América Latina.

Hoje conhecida como uma espécie de ‘Mercosul do Terror’⁹, a Condor atuava de forma coordenada à margem da lei, clandestinamente. Nunca antes se viu uma organização de terrorismo de Estado tão ampla (os seis fundadores e, já no final, acrescidos de Equador e Peru) durante tanto tempo (1975 a 1981)

Na história oficial, a participação brasileira na Operação Condor sempre foi negada pelos militares. Em 1978, quando um casal de uruguaios com duas crianças foi sequestrado em Porto Alegre, em uma ação combinada da Condor do Uruguai e Brasil, a imprensa brasileira conseguiu a evidência da atuação dessa organização terrorista de Estado no Brasil. À época ainda não se falava claramente em Condor, embora se suspeitasse da colaboração do Governo brasileiro com as ditaduras vizinhas. Nos anos 1990, com as denúncias de movimentos de direitos humanos e das famílias de desaparecidos e presos políticos da época de terror no Cone Sul, versões distintas da história oficial começaram a surgir.

As garras do Condor

O autor de *As garras do Condor*, Nilson Cezar Mariano, é um jornalista gaúcho que trabalha no jornal *Zero Hora*. Foi nesse jornal, o mais influente do sul do país, que Mariano publicou, ao longo de 1993 e 1995, duas reportagens sobre a Operação Condor.

A reportagem de 1993 de *Zero Hora* foi a cobertura das primeiras eleições democráticas depois do longo período da ditadura de Alfredo Stroessner no Paraguai. À época, pesquisadores estavam abrindo o arquivo da polícia secreta do ex-ditador, que havia sido localizado na cidade de Lambaré, a 20 quilômetros da capital, Assunção. Embora a pesquisa ainda estivesse no início, o ‘Arquivo do Terror’ – como mais tarde ficou conhecido - já evidenciava que a ditadura do Brasil havia colaborado com a do Paraguai. Paralelamente à reportagem sobre o processo eleitoral que conduziu ao poder o presidente Juan Carlos Wasny, Mariano publicou uma reportagem sobre a colaboração do Brasil na repressão paraguaia.

Dois anos depois, em 1995, o próprio Mariano propôs a seu jornal uma reportagem sobre a herança das ditaduras militares. Esse trabalho lhe garantiu uma viagem pelos países do Cone Sul, onde ele constatou que os laços de conexão repressiva entre os governos autoritários do Paraguai e Brasil também existiam entre os outros países da região. Até então, poucas pessoas tinham a dimensão exata do que havia sido a Operação Condor. O assunto era novo e inexplorado na imprensa brasileira. Sobre ele, então, Mariano escreveu uma série de matérias publicada em *Zero Hora* entre 11 e 14 de fevereiro de 1996. Naquele ano, a importância do trabalho de Mariano ficou

⁸ Neste artigo, aludindo à ave, uso o feminino “a Condor” para simplificar Operação Condor. O mesmo faz Luiz Cláudio Cunha. Já Nilson Mariano usa o masculino, uma referência ao abutre. No original em inglês, John Dinges não enfrentou esse dilema, porém sua tradutora, Rosaura Eichenberg, assim como Mariano, usa o masculino.

⁹ Alusão à aliança comercial e união aduaneira feita no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), bloco econômico fundado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em 1991 e ampliado pelo Chile e Bolívia em 1996.

marcada pelos prêmios da Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI) e do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH).

A continuidade da investigação jornalística de Mariano ultrapassava os limites das páginas concedidas por seu jornal. **Obviamente**, um relato mais amplo e detalhado das ações da Condor exigia um espaço maior e o livro-reportagem era a solução ideal. Para escrevê-lo, Mariano licenciou-se do jornal e, para avançar sua pesquisa jornalística, recebeu o financiamento do The Fund for Investigative Journalism de Washington.

O espaço alargado, contudo, tornou-se um problema. Na dissertação ‘O processo investigativo de Nilson Mariano’, Luiz Fernando Assunção - que pesquisou a gênese do livro *As garras do Condor* - revela que o livro, cujo original estava pronto desde 1997, foi recusado por alguns editores sob a alegação de ser ele muito volumoso. Mariano recusou-se a mutilar o livro que, um ano depois, seria traduzido para o espanhol com o título *Operación Condor – Terrorismo de Estado en el Cono Sur*. O livro foi publicado pela Editora Lohlé-Lumen de Buenos Aires em 1998, ano em que, por conta da prisão de Pinochet em Londres, a Condor se tornou conhecida internacionalmente e passou a ser valor-notícia¹⁰.

Naquele ano, Pinochet foi detido na capital britânica, a pedido do juiz espanhol Baltasar Garzón. O ex-ditador chileno, que chegou a ficar dez 503 dias em prisão domiciliar, foi acusado de crimes contra a humanidade, assassinatos e torturas cometidos por aqueles que agiram sob o seu comando. Pelo fato da prisão ter ocorrido em Londres, a repercussão foi imediata. Finalmente, as violações de direitos humanos da ditadura chilena – entre os quais, os crimes perpetrados pela Condor – chamavam a atenção do mundo.

Mariano conversou com o Baltasar Garzón, em maio de 2001, quando o juiz avaliou:

É difícil que um país, qualquer que seja, tenha a possibilidade de julgar esse tipo de crime [tortura, genocídio e terrorismo] quando ainda está vivo o regime político que permitiu os mesmos. Agora, quando termina essa situação, abre-se a possibilidade de fazê-lo. Se o novo sistema jurídico e político garante o princípio de independência e imparcialidade dos juízes, essas possibilidades se tornam concretas.¹¹

Como na Espanha, os magistrados da Itália, França, Suécia e Alemanha queriam investigar o desaparecimento e a morte de compatriotas no Cone Sul. Até ali ainda não se conhecia a exata extensão desses crimes, porém ações isoladas da operação eram conhecidas por aqueles que tiveram a infelicidade de terem parentes perseguidos pela Condor.

Foi o que aconteceu com Hebe Maria Pastor de Bonafini, a quem Mariano entrevistou em 1995 e novamente em 1999. Ela foi uma das líderes das *madres* da Praça de Maio, assim conhecidas por se reunirem na praça em frente à Casa Rosada, sede do Governo argentino. Elas traziam amarrado à cabeça um lenço branco – às vezes uma fralda com os nomes dos filhos, simbolizando suas vidas. Essas mães – ridicularizadas pelo regime e por simpatizantes da ditadura como *Las Locas de La Plaza de Mayo* – até hoje se debatem contra a impunidade dos torturadores e assassinos de seus filhos. Hebe Bonafini, que conta dois filhos (26 e 23 anos) e uma nora (23) na longa lista de desaparecidos na Argentina, falou a Mariano:

Temos conhecimento da Operação Condor desde 1978. Fizemos várias investigações. Tudo foi muito organizado e controlado pelos Estados Unidos. Temos um caso entre as mães, o da nossa companheira Esther Ballestrino de Careaga, uruguaia-paraguaia, que foi sequestrada em Buenos Aires e trasladada ao Paraguai.¹²

Esther Ballestrino de Careaga, doutora em Bioquímica e Farmácia, foi uma das fundadoras do movimento das Madres da Plaza de Mayo. Seus dois genros foram sequestrados e

¹⁰ O valor-notícia é um valor subjetivo que determina a importância de um fato ou acontecimento como notícia. A jornalista e pesquisadora Thäis Mendonça Jorge afirma que os valores-notícia classificam eventos com os quais os leitores mais se identificam e nos quais se sintam representados. Constituem um código ideológico e cultural que é incorporado às rotinas da imprensa. (Mendonça, 2008; 2006)

¹¹ Mariano, 2003:23.

¹² idem: 100.

desapareceram. Uma de suas filhas foi sequestrada com três meses de gravidez e levada a um centro de tortura clandestino em junho de 1977. Depois que a filha foi libertada em outubro, Ester e suas três filhas se refugiaram na Suécia. Ao voltar à Argentina em dezembro, foi sequestrada com um grupo de outras mães da praça.

Já se falava em Operação Condor na imprensa quando Mariano entrevistou Hebe Bonafini, na segunda metade dos anos 1990. Entretanto, em 1978, quando Esther Ballestrino foi sequestrada, as investigações das *madres* não tinham detalhes sobre a organização. Ainda assim, alguns padrões recorrentes nos desaparecimentos de pessoas eram observados – por exemplo, o sequestro e traslado para outros países. Em muitos casos, as trajetórias dos sequestrados eram recompostas por movimentos de direitos humanos, a partir de depoimentos de outros presos que, aqui ou ali, haviam avistado os desaparecidos.

Mariano também entrevistou Alba Lanzilloto, secretária da Associação das Avós da Praça de Maio, um grupo surgido dentro do movimento das *madres* da praça. Quando da publicação do livro de Mariano, a estimativa de crianças que nasceram nas “poças de sangue dos porões da ditadura” era de quatrocentas a quinhentas.¹³ O processo de resgate dessas crianças era lento e demorado porque os sequestradores não deixavam pistas. Os bebês eram sequestrados, rebatizados e entregues a pais adotivos. Na lúgubre ESMA, Escuela de Mecanica Armada, ironicamente localizada na avenida Libertadores, em Buenos Aires, as mulheres grávidas eram exibidas a casais estéreis interessados em adotar filhos, como se estivessem “em uma loja de vendas de animais”.¹⁴ Muitos dos novos pais atuavam na repressão e “ajudaram a eliminar os pais legítimos e, depois, com a mesma frieza, se apropriaram dos órfãos, como se fossem butim de guerra”¹⁵.

Alba Lanzilloto explicou a Mariano que a luta de avós e mães se distinguia em um aspecto. Enquanto as mães buscavam notícias de seus mortos e desaparecidos, as avós ainda tinham os netos por localizar depois que suas filhas e noras eram dadas como mortas. “Tomamos consciência que, como nossos filhos estivessem mortos, devíamos ir atrás de nossos netos, que estavam vivos”, disse ela. Essa luta tinha singularidades e, passadas duas décadas, as avós agora contavam com a possibilidade de análises de DNA. “Os genes não mentem”, lembrou Alba Lanzilloto, que perdera duas irmãs e os cunhados, mas procurava ainda por uma sobrinha.¹⁶ Quando Mariano lhe entrevistou em 1995, ela lhe revelou que, para exames genéticos, a União Européia doaria 700 mil dólares à Associação das Avós.

Em *As garras do Condor*, a narração é feita pelo próprio Mariano que, em breves trechos, se coloca na cena narrada como “o autor”.

Entrevistado *pelo autor deste livro*, Chato Peredo contou que o ELN-pós-Guevara, sem experiência e apoio da população, foi destruído em quatro meses, sendo reduzido a oito sobreviventes.¹⁷

O autor deste livro conversou com Baltasar Garzón, em maio de 2001.¹⁸

O uso da terceira pessoa do plural na autorreferência do autor, muito comum em textos acadêmicos, busca a neutralidade no olhar do escritor. Muito embora essa neutralidade, transvestida de objetividade, seja recomendada no meio jornalístico, ela é quase inatingível em um livro-reportagem. É do autor jornalista a tomada de decisões em um livro-reportagem – desde a escolha do tema ao uso da linguagem. Essas decisões não dão margem à neutralidade e, quando refletidas no texto, estabelecem a identidade social e política do autor.¹⁹

¹³ idem, p. 90.

¹⁴ idem, p. 92.

¹⁵ idem, p. 90.

¹⁶ idem, p. 91.

¹⁷ idem, p. 89.

¹⁸ idem, p. 23.

¹⁹ As linguistas britânicas Romy Clark e Roz Ivanič, que trabalham com a consciência crítica da linguagem desde os anos 1980, defendem que, ao escrever, o/a autor/a deve “esclarecer seu comprometimento com as ideias expostas; decidir como assumir responsabilidade, seja declarando sua posição ou mascarando-a; e estabelecer sua identidade sociopolítica como autor/a” (Clark e Ivanič, 1997:135, minha tradução).

O livro de Mariano foi finalmente publicado no Brasil pela Editora Vozes, em 2003, com a ratificação de dois importantes documentos: um portfólio e um prefácio. No portfólio de oito páginas, as lentes enfocam a busca pelos desaparecidos em onze fotos – o protesto das Mães da Praça de Maio; a identificação de esqueletos guardados em caixas de papelão; um cemitério com tumbas de não identificados; o monumento aos 3.196 mortos no Chile; a pichação contra a impunidade; fotos de desaparecidos e daqueles que ainda os procuram. O prefácio é escrito por Jair Krischke, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre, hoje um dos nomes mais importantes no Brasil na luta pelos direitos humanos.

Nilson Mariano, através de seu livro, nega-se a pactuar, na cumplicidade do silêncio, com os que cometeram crimes de lesa-humanidade. O autor fala às nossas consciências, aos nossos sentimentos de cidadania, relatando o que hoje já começa a ser passado, e o faz buscando nos dar uma sólida visão dos acontecimentos, o que significa dizer: um extraordinário esforço no propósito de evitar que o Estado terrorista volte a ser um sinistro em qualquer tempo.²⁰

As garras do Condor é, em verdade, um todo polifônico. São muitas as vozes que se ouvem. A tessitura da narrativa é costurada pelas histórias de perseguidos, presos, torturados e, em muitos casos, mortos nas ações do terrorismo de Estado perpetradas no Cone Sul. São histórias que contam os tempos sob perspectiva de quem teve sua liberdade cerceada e foi abusado pelas autoridades. São histórias de desrespeito, de violência, de horror. Todas elas de angústia, tristeza e saudades.

Desde a introdução, onde Mariano contextualiza a “aliança do terror” no Cone Sul, há várias histórias individualizadas. No restante do livro, as histórias são agrupadas em cinco seções, cada uma delas designada pelo nome de um país envolvidos na Operação Condor: Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai e Brasil. A Bolívia é mencionada nas estatísticas sobre a mortandade no Cone Sul que Mariano apresenta na introdução e, novamente, na seção da Argentina, país onde a colaboração entre governos levou à eliminação do ex-presidente boliviano Juan José Torres, em Buenos Aires. Não há para a Bolívia uma seção, em separado. No caso do Brasil, há algumas histórias que são sobre as ações da Condor, embora elas sirvam para a contextualização dos duros tempos da ditadura militar.²¹

Para sistematizar todas as histórias, Mariano pesquisou em documentos oficiais e colheu depoimentos das próprias vítimas da ditadura e de familiares de presos desaparecidos. Durante a década em que viajou pelos países envolvidos na Operação Condor, ele fez entrevistas e também teve acesso a arquivos pessoais e fotografias. "Entendi que deveria ouvir essas pessoas, porque estão envelhecendo, é necessário preservar o testemunho delas", declarou Mariano²².

No livro, as histórias nem sempre encaixam umas nas outras. Mariano, consciente ou inconscientemente, as faz surgir da forma como elas surgiam nos tempos de repressão política: aqui e ali, sem necessárias ligações e com muitas lacunas. É o leitor que vai, aos poucos, preenchendo as lacunas, construindo conexões e sobrepondo os depoimentos, de forma a reconstituir um passado que, por ser tão próximo, ainda parece inescrutável.

Os anos Condor

Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul foi originalmente escrito em língua inglesa pelo jornalista estadunidense John Dinges, em 2004. No mesmo ano, foi traduzido para o espanhol.²³

²⁰ krischke, in Mariano, 2003: 15.

²¹ São exemplos as histórias de Celso Lungaretti (contada às páginas 298-302) e de Irgeu João Menegon (p. 302-306), membros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), um movimento de guerrilha do qual um dos líderes era o Capitão Carlos Lamarca. Ambos foram presos, em território nacional, pelas forças de repressão brasileiras.

²² Entrevista ao jornal *Matéria Prima* (<http://www.jornalmateriaprimeira.com/livro/nilson+mariano++a+impunidade+condena+ao+luto+eterno+e+nao+pacifica+o+pais/>), em 4/10/2003.

²³ *The Condor Years - how Pinochet and his allies brought terrorism to three continents*, The New Press, 2004; *Operación Cóndor: una década de Terrorismo en el Cone Sur*, Ediciones B2, 2004.

No Brasil, o livro foi em português pela Companhia das Letras em 2005, com tradução de Rosaura Eichenberg. Na edição brasileira, há informações que não foram anteriormente publicadas no original em inglês – por exemplo, a relevante informação ao leitor brasileiro de que o braço da Operação Condor no Brasil foi o general João Baptista Figueiredo, presidente de 1979-1985, cujo nome é citado nos documentos consultados por Dinges.

Dinges chegou no Chile ano anterior à queda do presidente socialista Salvador Allende. Entre 1972 e 1977, morou em Santiago e, como correspondente da revista *Time*, do jornal *The Washington Post* e da rádio *ABC*, cobriu o golpe militar e os cinco primeiros anos da ditadura chilena.

Hoje professor da Columbia University, Dinges faz a narrativa jornalística de *Os anos do Condor* com muito rigor acadêmico. Sua base documental são escritos oficiais que foram desclassificados durante a administração de Bill Clinton (1993-2001) e que, durante muito tempo, ficaram sob sigilo da Central Intelligence Agency, a CIA.

No livro, Dinges explica a liberação dos documentos como um acerto feito, nos bastidores políticos, entre Estados Unidos e o Chile.²⁴ No episódio da prisão de Pinochet em Londres, quando a justiça espanhola pediu sua extradição, o general foi acusado de ser responsável por tortura e terrorismo – dois crimes de lesa humanidade e, portanto, sujeitos a serem denunciados por qualquer Estado. O direito da Espanha de levar Pinochet a julgamento se reafirmava com base nos princípios firmados pelo Tribunal de Nuremberg.²⁵ A prisão de Pinochet, que se arrastou por dezesseis meses, rompia um acordo tácito entre as nações: os princípios de Nuremberg seriam aplicados apenas como 'justiça dos vencedores', ou seja, contra os crimes dos perdedores. Os Estados Unidos sempre se posicionaram contra esse tipo de processo internacional. Na América Latina – afirma Dinges – “os governos militares no poder negociaram transições para a democracia sob condição de que não seriam responsabilizados por crimes passados”²⁶, o que, inclusive, explica a Lei da Anistia brasileira.²⁷ Assim, ficar a favor ou contra um aliado era um pesadelo diplomático para os Estados Unidos. Para evitá-lo, o governo Clinton resolveu negociar a liberação de documentos confidenciais, os quais a justiça espanhola já solicitara. O Chile – então, sob a presidência de Eduardo Frei Ruiz-Tagle, um civil eleito pelo voto popular em uma coalizão de partidos esquerdistas e centristas, inclusive o Partido Socialista de Allende²⁸ – concordou com a decisão dos Estados Unidos.

A liberação dos documentos [pelos Estados Unidos] evitaria as armadilhas de tomar uma posição favorável ou contrária à extradição, mas era um passo inequívoco na direção da revelação histórica, e forneceriam evidências que poderiam ser usadas contra Pinochet e demais acusados em qualquer processo legal na Espanha, em Londres ou em outro lugar.²⁹

No mês de junho de 1999, em Washington, o Departamento de Estado liberou 5.800 documentos, tornando públicas cerca de 60 mil páginas de arquivos secretos dos Estados Unidos sobre o Chile. Uma coleção menor de documentos sobre a Argentina também veio à luz. Eram 24 mil relatórios sobre o Chile e 4 mil sobre a Argentina, além de cópias de correspondência

²⁴ Dinges, 2005: 67-72.

²⁵ Com o final da II Guerra Mundial, um tribunal de guerra foi criado, em Londres, por representantes dos Estados Unidos, França, Inglaterra e Rússia, países aliados e vencedores. O tribunal, que teve como sede a cidade de Nuremberg, Alemanha, objetivava o julgamento dos crimes cometidos pelos nazistas durante a guerra. Funcionou de 1945 a 1949, tendo julgado 199 homens, entre os quais 21 líderes nazistas.

²⁶ Dinges, 2005: 68.

²⁷ No Brasil, com um Congresso controlado pela dócil maioria governista da Arena, o partido de sustentação da ditadura, os militares redigiram uma lei de anistia que perdoava os 'crimes de sangue', assim beneficiando os guerrilheiros da luta armada e, ao mesmo tempo, os torturadores do aparato repressivo, que se manteria impune ao longo do tempo. Essa impunidade, que acabaria revogada no Uruguai, Argentina e Chile, foi reafirmada em 2010 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro, que manteve os termos complacentes da autoanistia imposta pelos militares.

²⁸ Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1942 –) governou o Chile no período de 1994 a 2000, depois da ditadura de Pinochet. Seu pai, Eduardo Nicanor Frei Montalva (1911-1982), também foi presidente do país de 1964 a 1970, antecedendo a Salvador Allende, deposto em 1973.

²⁹ Dinges, 2005: 70.

entre a CIA e sua correspondente no Chile, a Dirección de Inteligencia Nacional (DINA). “Devido à sua natureza de enorme empreendimento de Inteligência, o Condor gerou também uma imensa trilha de documentos no governo dos Estados Unidos.”³⁰

Respaldo pela Lei de Liberdade de Informação de seu país, Dinges pediu ainda a liberação de outras 2 mil páginas. Além disso, Dinges – assim como Mariano o fizera – também pesquisou no 'Arquivo do Horror', em Assunção.

A história do 'Arquivo do Terror', aliás, é reconstruída detalhadamente por Dinges.³¹ Ele ressalta o papel de Martín Almada, o primeiro Ph.D. em Educação que o Paraguai teve. No final de 1974, retornado da Argentina depois de fazer seu doutorado, ele iniciou-se na política paraguaia e logo viria a presidir a sede local do sindicato dos professores. Seu sucesso de gestão – conseguiu aprovar um projeto para habitação de professores que seria construído com verbas governamentais – fazia com que seu nome fosse pensado como consultor educacional do Ministério da Educação. Junto com a esposa, Celestina Pérez, ele dirigia um pequena escola particular na cidade de San Lorenzo, próxima a Assunção. No final de novembro daquele ano, depois de um atentado a bomba ao carro do presidente Alfredo Strossner, a polícia bateu à porta de Almada e o prendeu. As autoridades ligavam o atentado a um grupo de jovens que haviam estudado na Universidade de La Plata, a mesma onde Almada se doutorara. O professor – conforme depoimento a Dinges em 2001³² – era inocente. Um dos responsáveis pelo atentado disse que alguns do grupo até conheciam Almada e que decidiram não abordá-lo porque ele tinha bolsa do governo. O engano na prisão de Almada fez dele “um herói dos direitos humanos por acaso”.³³ Almada foi brutalmente torturado e, com os olhos vendados, exibido no escritório do chefe da Inteligência da polícia paraguaia, Pastor Coronel, na presença de várias pessoas, alguns estrangeiros. Nesse grupo, era possível distinguir sotaque argentino, chileno e brasileiro. Era o que ele próprio chamaria mais tarde de “tribunal do Condor”.³⁴ Em uma das sessões de tortura, a esposa de Almada foi chamada. A polícia a interrogou e depois lhe passou o telefone para que ela escutasse os gemidos do marido. Alguns dias depois, Celestina Perez morreu de ataque cardíaco. Em 1978, após quatro anos na prisão, Almada foi libertado e partiu para o exílio, primeiramente para o Panamá e depois para Paris, onde conseguiu um emprego na Unesco. Determinado a documentar o que lhe tinha acontecido e também descobrir como sua esposa havia morrido, Almada iniciou uma paciente pesquisa sobre a estrutura das Forças Armadas e da polícia de Strossner. Quando o ditador caiu, Almada estava entre os primeiros a voltar do exílio.

Dinges conta;

Ao contrário do que aconteceu nos outros países do Condor, lá [Paraguai] não houve anistias nem leis especiais para proteger os militares. **Strossner fugiu para o Brasil**, e a ele se juntaram alguns de seus seguidores. Os torturadores mais notórios foram julgados e presos, inclusive Pastor Coronel, o chefe da polícia,...e o general Benito Guanes, que tinha sido o representante do Paraguai no [encontro de criação do] Condor.³⁵

Uma nova constituição foi redigida e, nela, havia uma cláusula chamada *habeas data*, que permitia a qualquer cidadão o acesso aos registros públicos a respeito de sua captura e prisão. A lei foi usada pela primeira vez na petição de Almada em busca dos fatos que envolviam a sua prisão e a morte de sua esposa. A petição foi recebida pelo juiz do tribunal de crime inferior, José Augustín Fernández, que emitiu uma ordem judicial solicitando os arquivos sobre Almada. A polícia respondeu a Fernández que os arquivos tinham sido destruídos à época do golpe contra Strossner.

Dinges, a partir de detalhes conseguidos nas entrevistas a Martín Almada, Francisco de Vargas e José Augustín Fernández, narrou o que se seguiu.³⁶ Depois da resposta negativa, Almada

³⁰ Idem, p. 339.

³¹ idem, p. 347-53.

³² idem, nota 5, p. 416.

³³ idem, p. 347.

³⁴ id., ibidem.

³⁵ idem, p. 349. (grifo meu)

³⁶ idem, nota 7, p. 416.

não se deixou intimidar e levou o caso à imprensa. Também conseguiu a adesão de um importante ativista dos direitos humanos, o congressista Francisco de Vargas. Em poucos dias, as pistas começaram a chegar, sendo a mais concreta a que veio de uma amiga do congressista. Ela colocou Vargas em contato com um ex-policia que dizia saber onde os documentos haviam sido escondidos. Estavam em uma instalação obscura da polícia identificada como 'Departamento de Produção', localizada fora de Assunção, na cidade de Lambaré. Para localizar o prédio que abrigava os documentos escondidos, o policial desenhou um mapa. Com ele na mão, Fernández e Almada – que havia alertado a imprensa – foram até o local. A televisão paraguaia documentou a incrível descoberta do dia 22 de dezembro de 1992: dentro do prédio, um escritório de tamanho médio com as poucas mesas cobertas por pilhas de papéis, centenas de arquivos presos com aros de metal, volumes cronológicos com relatórios de interrogatórios da polícia, caixas de fitas e fotos de vigilância, diários de prisão registrando as datas de chegada e partida de milhares de prisioneiros, correspondência com as forças de segurança do Chile, Bolívia, Argentina, Uruguai, Brasil e Estados Unidos, resumos de folha corrida em ordem alfabética com fotos e impressões digitais de milhares de prisioneiros paraguaios e estrangeiros, muitos dos quais constavam em listas de desaparecidos.

O imenso arquivo – mais tarde, completado com a descoberta de outras caixas de documentos enterradas no pátio, inclusive com “restos amarelados e mofados de muitas carteiras de identidade de prisioneiros políticos que haviam sido executados”³⁷ – foi transferido para o oitavo andar do Palácio da Justiça em Assunção, onde hoje funciona o Centro de Documentación para la Defensa de los Derechos Humanos, sob a supervisão do Supremo Tribunal Paraguayo. Dinges pesquisou nesse arquivo em 1999 e, dois anos depois, em 2001, elaborou um projeto com o analista do Arquivo de segurança Nacional Carlos Osório, para catalogar, microfilmar e digitalizar toda a coleção.³⁸

Sobre a descoberta do arquivo paraguaio, o chamado 'Arquivo do Terror', Dinges diz:

A descoberta de Almada é de longe a maior coleção de documentos anteriormente secretos da força de segurança de qualquer um dos países do Condor. O Arquivo Paraguai forma uma parte capital da espinha documental deste livro, junto com os documentos de Arancibia descobertos por Mónica Gonzalez e a desclassificação dos documentos do Chile e da Argentina ordenada pelo governo Clinton. Sem esses registros, a história dos anos Condor não poderia ser escrita.³⁹

Os documentos de Arancibia, citados por Dinges, são um guia importante das operações conjuntas entre Chile, Argentina e Paraguai entre 1974 e 1978. Foram descobertos em Buenos Aires pela jornalista chilena Monica González, quando ela buscava subsídios para um livro sobre o general Carlos Pratts González, ex-Comandante em Chefe das Forças Armadas do Chile.

O assassinato de Carlos Pratts em Buenos Aires foi a primeira incursão da DINA no exterior, já na fase 3 da Operação Condor. Pratts havia chegado ao alto comando por indicação do sociodemocrata Eduardo Frei Montalva, que antecedeu o socialista Salvador Allende na presidência do Chile.⁴⁰ Allende ratificou o nome de Pratts, que também foi seu Ministro do Interior e da Defesa. Constitucionalista e legalista, Pratts recusou-se a participar do golpe de Estado que derrubou o governo eleito de Allende. Exilou-se em Buenos Aires, onde escreveu suas memórias do serviço militar “projetadas como uma apologia da obediência militar à Constituição”.⁴¹ No exílio, ele começou a reconstituir os acontecimentos que levaram os militares ao golpe, consultando documentos e outros papéis particulares que trouxera do Chile. O manuscrito de 100 mil palavras foi terminado em 20 de setembro de 1974, nove dias antes de sido colocada uma bomba fatal em seu carro.

A ditadura militar de sete anos já havia terminado, quando Mónica González, repórter *freelancer* em uma revista semanal chilena, desembarcou na Argentina. A Guerra das Malvinas

³⁷ idem, p. 352.

³⁸ <http://www.unesco.org/webworld/paraguay/documentos.html>, acesso em setembro, 2009.

³⁹ idem, 352-53.

⁴⁰ Ver nota 26.

⁴¹ Dinges, 2005: 117.

terminara em 1983, depois que o governo militar, impopular por causa dos problemas sociais e econômicos, resolveu reclamar a soberania sobre as ilhas, iniciando uma guerra sem chances contra uma potência militar como a Inglaterra. Foi uma medida desesperada para recuperar a imagem do regime, mas a derrota arrastou com ela a ditadura. Os responsáveis pelas violações de direitos humanos daquele período foram julgados e condenados durante o governo de Raul Ricardo Alfonsín (1983- 1989), entre eles os generais-presidentes Jorge Rafael Videla e Leopoldo Galtieri. No entanto, a pressão vinda do setor militar foi grande e o novo governo recuou, impedindo novos julgamentos com a promulgação das leis de '*punto final*' e de 'obediência devida' – respectivamente, antecipando a prescrição dos crimes dos comandantes militares e isentando de culpa aqueles que atuaram sob suas ordens.⁴² No governo de Carlos Menen (1989-1999), o perdão foi concedido aos três generais e outros líderes, desencadeando um protesto de cerca de 5.000 pessoas em Buenos Aires.⁴³

Foi nesse clima – que Dinges identificou como “constantemente hostil”⁴⁴ – entre muitos empregados e juízes ainda remanescentes do governo militar, que Mónica González começou a sua busca sobre o assassinato de Carlos Pratts. Um dia, inesperadamente, foi abordada por um homem que ela supôs ser um funcionário do tribunal. Ele lhe passou uma pista: em vez de perder tempo com o arquivo do caso Pratts, González deveria buscar a documentação do julgamento por espionagem de Enrique Arancibia Clavel, preso em 1978. Arancibia, civil de extrema direita, havia fugido do Chile em 1970, por causa de envolvimento em atentados terroristas à época da eleição de Allende. Com o golpe de estado, ele conseguiu emprego em um banco estatal chileno em Buenos Aires, onde foi preso como espião em 1978 – época em que o Canal Beagle, no extremo sul do continente, era um pomo de discórdia entre Chile e Argentina. Solto após o final da crise diplomática, ele se transformou em dono de restaurante. Mesmo antes da informação do funcionário, González já tinha Arancibia como um dos nomes em uma lista de possíveis entrevistados. Ela sabia que, quando o espião fora preso, a polícia revistara seu apartamento e escritório, confiscando muitos documentos.

Gonzalez localizou o juiz encarregado do caso Arancibia. Embora os documentos fossem registros públicos, o juiz os mantinha sob seu restrito controle. A González, ele não deu acesso aos arquivos e nem sequer a recebeu. Descobrimo onde o juiz morava, a repórter fez uma paciente campanha em frente de sua casa. Um dia, à hora de saída para o trabalho, a repórter ouviu a esposa do juiz, bastante irritada, dizer que aquilo precisava cessar. Então, ao sair de carro, o juiz ordenou a seu motorista que parasse ao lado da repórter e a convidou para entrar. O juiz a levou ao seu escritório e mandou um secretário lhe mostrar onde estavam os documentos. Ela teria permissão para lê-los, mas não poderia fazer cópias.

Nas palavras de Dinges, González entrou em “um mar de desordem”⁴⁵. O escritório tinha fichários de aro de metal com rótulos antigos arranjados ao acaso nas prateleiras; no chão, caixas cheias de pastas com casos de prisioneiros desaparecidos. O secretário localizou três caixas fechadas com arquivos “Causa 949. Enrique Arancibia Clavel y otros [...]” e, em seguida, saiu da sala. Já na primeira caixa que abriu, a repórter encontrou uma pequena pilha de carteiras de identidade chilenas, nas quais ela reconheceu alguns nomes de prisioneiros políticos desaparecidos. Em outras caixas, González encontrou centenas de páginas de correspondência iniciada em outubro de 1974, arrumadas em ordem cronológica até novembro de 1978. Não podendo tomar notas de tudo aquilo, a repórter passou dois dias “lendo os documentos *verbatim* para arquivar em fitas cassates”.⁴⁶

⁴² Em 2003, essas leis foram consideradas nulas pelo Congresso Nacional e, em 14 de junho de 2005, elas finalmente foram declaradas inconstitucionais pela Corte Suprema de Justiça argentina.

⁴³ O ex-presidente Raúl Alfonsín referiu-se a 29 de dezembro de 1990, dia do perdão aos chefes militares, como “o dia mais triste da história da Argentina” .

⁴⁴ Dinges, 2005: 342.

⁴⁵ idem, 344.

⁴⁶ id. ibidem.

Era um material espantoso, do tipo que poucos repórteres ou investigadores dos direitos humanos jamais tinham visto. Arancibia servira como homem da DINA em Buenos Aires por quase quatro anos. As cartas continham as ordens diárias de seus superiores em Santiago, bem como seus relatórios de informações em resposta para a DINA. Havia codinomes, apelidos, referências a operações no Chile, na Argentina e na Europa. Havia extensas listas com nomes de pessoas que tinham sido sequestradas na Argentina e no Chile.⁴⁷

Tempo esgotado, González levou a documentação que conseguiu de volta ao Chile, que ainda estava sob o mando de Pinochet. Depois de transcrito, o material foi entregue ao Vicariato da Solidariedade, uma organização de direitos humanos da Igreja Católica, que o usou em investigações de centenas casos de pessoas desaparecidas. As matérias de González foram publicadas na revista *Analysis* e, mais tarde, no jornal *La Nación*, de Buenos Aires.

John Dinges valoriza muito os documentos que, “saindo das entranhas das organizações da polícia secreta, se tornaram acessíveis” àqueles que queriam narrar a história plena daqueles anos – o autor, inclusive. Ele os usa para construir um raciocínio sobre o perigo da cumplicidade dos Estados Unidos com o terrorismo de Estado de seus aliados. Afirma que, ao se alinhar com parceiros ideológicos e geopolíticos, o governo estadunidense divide “o mundo entre aqueles que estão do nosso lado e aqueles que estão ao lado dos terroristas”, correndo o risco de acabar em “abraço estreito com assassinos em massa”.⁴⁸

Para desenvolver sua argumentação, Dinges retoma um episódio que já lhe rendeu outro livro: a morte de Orlando Letelier, ex-chanceler de Allende, em Washington. O livro, intitulado *Assassination on Embassy Row*, foi escrito em parceria com o também jornalista Saul Landau⁴⁹ em 1981, muito antes de Dinges ter acesso à documentação utilizada em *Os anos do Condor*.

Letelier, que trabalhava no prestigioso Institute of Policy Studies, em Washington, fazia ferrenha oposição à ditadura chilena. No governo da Unidade Popular de Allende, fora ministro das Relações Exteriores e ministro da Defesa. Depois da queda do governo socialista, ele se refugiou em Washington, onde trabalhou pela aprovação, no Congresso, da legislação que estabeleceu o respeito pelos direitos humanos como condição para que um país recebesse apoio dos Estados Unidos e culminou com a interrupção da ajuda militar ao Chile. Letelier, que tinha contatos em muitas capitais européias, trabalhou também pelo cancelamento dos principais investimentos holandeses no Chile, provocando a ira de Pinochet. No dia 21 de setembro de 1976, agentes da DINA colocaram explosivos no carro de Orlando Letelier, provocando sua morte e a de Ronni Moffit, uma jovem estadunidense de 25 anos, envolvida na campanha pela redemocratização do Chile. Atingido nas pernas, Letelier morreu quase instantaneamente, enquanto Romi, atingida na carótida pelos estilhaços, ainda saiu cambaleando do carro com a ajuda do marido, Michael Moffit, que estava sentado no banco traseiro. Ela morreu afogada no próprio sangue e, em desespero, seu marido gritava que a DINA era a responsável pelo ataque. Uma investigação do Federal Bureau of Investigation, FBI, comprovou a acusação de Moffit. Os agentes da polícia secreta de Pinochet que executaram o assassinato usaram o aparelho da Condor para obter passaportes e vistos para os Estados Unidos. A ação forçou os Estados Unidos a retirarem seu apoio explícito ao governo de Pinochet. Até então, os métodos terroristas do Governo chileno só haviam atingido outras terras. No território estadunidense, isso era um atrevimento – sentimento que foi expressado no telegrama que Henry Kissinger, então secretário de Estado (1973-1977)⁵⁰, enviou a seus embaixadores no Chile, Argentina e Uruguai: “Assassinatos planejados e ordenados pelo governo dentro e fora do território dos membros do Condor têm implicações muito sérias que devemos enfrentar com firmeza e rapidez.”⁵¹

⁴⁷ id. ibidem.

⁴⁸ idem, p. 370.

⁴⁹ O jornalista Saul Landau é professor da State Califórnia University. É detentor de vários prêmios de direitos humanos, entre os quais Letelier-Moffitt Human Rights Award, concedido pelo Institute for Policy Studies. O prêmio foi instituído em 1978, dois anos após a morte de Orlando Letelier e da jovem Ronni Moffit em setembro de 1976.

⁵⁰ O cargo de secretário de Estado equivale, no Brasil, ao de Ministro das Relações Exteriores e, em Portugal, a de Ministro dos Negócios Estrangeiros em Portugal.

⁵¹ Dinges, 2005: 25.

O raciocínio de Dinges sobre a construção do terrorismo de Estado entre aliados americanos e a ambiguidade do governo dos Estados Unidos liga dois fatos acontecidos no dia 11 de setembro: o bombardeio do Palácio de La Moneda no 11 de setembro sangrento do Chile de 1973 e o ataque terrorista que derrubou as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, em 2001.

É uma coincidência o fato de o dia 11 de setembro ganhar infâmia maior com a derrubada do World Trade Center em 2001. No entanto, a coincidência não é insignificante. Após o primeiro 11 de setembro, tudo mudou na América Latina. O golpe de Estado de Pinochet não foi somente mais uma tomada de poder pelos militares, fato que já ocorrera às dúzias nas décadas anteriores. Foi o início de uma guerra total justificada como “guerra ao terrorismo”, cujos alvos principais eram as forças políticas que, para Pinochet e seus aliados, estavam infectando seus países com o câncer estrangeiro da revolução comunista.⁵²

Os Estados Unidos apoiaram o golpe de estado no Chile em 1973 e trouxeram para casa o assassinato de uma cidadã sua, Ronni Moffit, e de um exilado político, Orlando Letelier. Em 2001, os Estados Unidos sofreram um ataque terrorista em seu solo, matando mais de 3 mil pessoas. O ataque foi planejado pelo terrorista saudita Osama Bin Laden que, nos anos 1980, participou do combate ao domínio soviético no Afeganistão, apoiado pelos Estados Unidos.⁵³

Os anos do Condor é a anatomia da Operação Condor, de sua criação à última ação. Nessa anatomia, além do Chile, Brasil, Paraguai e Uruguai – os países selecionados para dar fundo às histórias individuais narradas por Nilson Mariano em *As garras do Condor* – Dinges destaca a participação da Bolívia do general Hugo Banzer. Ele narra, entre outros, o episódio da morte do ex-presidente boliviano Juan José Torres, depois de um sequestro em Buenos Aires.⁵⁴ Dinges afirma também que a troca de informações da Condor havia se expandido na América do Sul, com o ingresso de mais dois países, Peru e Equador, em 1978.⁵⁵

Dinges triangulou a informação obtida na pesquisa documental com duzentas entrevistas de pessoas diretamente envolvidas nos fatos – tanto por dentro dos governos militares e seus aliados internacionais, inclusive os Estados Unidos, como por dentro dos grupos revolucionários radicais de oposição. Pela natureza de suas funções em um lado ou outro, essas pessoas também detiveram informações confidenciais durante muito tempo, o que fez Dinges afirmar que seu livro conta histórias “daqueles anos cheio de terror do ponto de vista dos atores ocultos”.⁵⁶

Na sua narrativa, Dinges se responsabiliza, de forma clara e inequívoca, por suas posições. O uso da primeira pessoa do singular ajuda a enfatizar o comprometimento do autor com suas ideias.⁵⁷

Não **creio** que os Estados Unidos começaram com a intenção de encorajar as matanças em massa ou as missões terroristas internacionais executadas por nossos aliados militares na América do Sul nos Anos do Condor. **Acredito** que alguns oficiais tomaram atitudes corajosas para diminuir a violência e salvar vidas em alguns casos.⁵⁸

Dinges também singulariza a primeira pessoa para mostrar autoridade sobre suas fontes ou procedimentos de investigação.

⁵² idem, p. 20.

⁵³ Sobre o apoio dos Estados Unidos aos grupos árabes e às milícias armadas no Afeganistão, o cineasta Michael Moore apresenta uma entrevista do príncipe Bandar Bin Sultan, ex-embaixador saudita em Washington, no documentário *Fahrenheit 9/11* (2004).

⁵⁴ Em 1º de junho de 1975, Juan José Torres despediu-se de sua esposa e caminhou com um amigo para o escritório. Após se separarem em uma esquina, Torres não foi mais visto. Nunca chegou a seu escritório e nem compareceu a um encontro que tinha com um político argentino. Foi encontrado sob uma ponte, com um tiro na cabeça e dois na nuca. As autoridades argentinas afirmaram nada ter a ver com o crime, assim como as bolivianas. Alegaram que o assassinato era obra de extremistas esquerdistas. (Dinges, 2005: 232).

⁵⁵ Essas informações são fundamentadas em documentos da agência de Inteligência dos Estados Unidos de 14 de fevereiro de 1978. (Dinges, op.cit., nota 18, p. 412)

⁵⁶ idem, p. 19.

⁵⁷ Quando, no original em inglês, Dinges expressa o sujeito de primeira pessoa singular, ele o faz com o do pronome pessoal reto *I*, eu. Em português, a desinência verbal de primeira pessoa do singular é suficiente.

⁵⁸ idem, p. 368-9. (grifo meu)

Na **minha** investigação, encontrei 37 documentos dos Estados Unidos com data anterior ao assassinato de Letelier que dizem respeito diretamente ao Condor ou à coordenação de segurança mais tarde identificada como Operação Condor.⁵⁹

Tentei estabelecer a linha básica histórica da verdade, ao menos dos fatos documentados, sobre a relação dogoverno dos Estados Unidos com o pessoal militar responsável por esses crimes internacionais em massa. **Tentei** equilibrar **minha** crítica à cumplicidade dos Estados Unidos com o respeito pelos funcionários norte-americanos que tentaram manter sua bússola moral intacta, enquanto implementavam políticas de profunda ambiguidade moral.⁶⁰

Entrevistei os funcionários principais do bureau latino-americano que tratavam da questão Condor para Kissinger.⁶¹

Quando Dinges pluraliza a primeira pessoa, ele não o faz por modéstia.⁶² O uso do plural para Dinges é inclusivo: sou eu, John Dinges, o jornalista/pesquisador/autor do livro, e você, o leitor, o interlocutor, a pessoa para quem se está escrevendo. Esse uso gramatical ajuda Dinges a construir seu lugar de fala perante os leitores, originalmente o público estadunidense. Nesse lugar sua identidade sociopolítica⁶³ mostra um cidadão estadunidense crítico em relação à atuação de seu país durante as ditaduras militares no Cone Sul e, sobretudo, preocupado com o terrorismo de Estado cultivado pelas ambiguidades da política externa dos Estados Unidos no mundo, ontem e hoje.

A história dos Anos do Condor não é uma história que [nós, estadunidenses] **estamos** [sic] condenados a repetir.⁶⁴

No diálogo silencioso da escrita, o autor usa de artifícios linguísticos e discursivos para fazer com que seus interlocutores se perguntem se eles querem compartilhar ou se alienar da verdade plena sobre a Operação Condor. Não há prefácio ou fotos no livro de Dinges.

O enquadramento de *Os anos do Condor* mostra que Dinges, após conhecer os detalhes da Operação Condor, interpretou os fatos e, antes de apresentá-los ao leitor, selecionou e deu ênfase ao papel que o Governo estadunidense assumiu à época. Um papel omissivo que, dividindo o mundo entre “os que estão do nosso lado e os que estão ao lado dos terroristas”⁶⁵, reduziu o papel político daquela que ainda é a maior potência econômica.

Operação Condor. O sequestro dos uruguaios.

Operação Condor. O sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura, foi escrito pelo jornalista Luiz Cláudio Cunha e publicado pela L&PM Editores em 2008. O livro narra uma ação específica da Operação Condor, ocorrida em Porto Alegre, em novembro de 1978: o sequestro dos uruguaios Universindo Díaz Rodríguez, Lilian Celiberti e seus dois filhos, Camilo (8 anos) e Francesca (3).

Como o livro de Mariano, o de Cunha também começou com uma série de reportagens publicadas na revista *Veja*, em 1978. O trabalho deu ao repórter e ao fotógrafo João Baptista Scalco o grande Prêmio Esso de Jornalismo⁶⁶ em 1979, ano em que os dois jornalistas também conquistaram o I Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, do Sindicato dos

⁵⁹ idem, p. 247. (grifo meu)

⁶⁰ idem, p. 367. (grifo meu)

⁶¹ idem, p. 367. (grifo meu)

⁶² No 'plural de modéstia', tanto em inglês como em português, a pessoa que fala ou escreve usa a primeira pessoa do plural (nós/we) mesmo sendo ela a única autora da ação. O pronome 'nós/we' pode também esconder um só indivíduo quando usado por autoridades ('plural majestático').

⁶³ Ver nota 19.

⁶⁴ idem, p.370. (grifo meu)

⁶⁵ idem, ibidem.

⁶⁶ Há várias categorias para o Prêmio Esso. Em 1979, Cunha e Scalco receberam a honraria máxima, o grande prêmio.

Jornalistas de São Paulo, e o IV Prêmio Hors Concours da Editora Abril. Cunha ainda ganhou o Prêmio Telesp de Jornalismo, da Telecomunicações de São Paulo.⁶⁷

Em 1993, quinze anos depois do sequestro dos uruguaios, Cunha publicou um caderno especial sobre o assunto no jornal *Zero Hora*, cuja sucursal de Brasília ele dirigia.⁶⁸ No mesmo ano, fez o roteiro e apresentou um documentário na TV RBS de Porto Alegre, com a direção de João Guilherme Reis⁶⁹. O vídeo foi agraciado com o Prêmio de Direitos Humanos, *hors concurs*, concedido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul e pela Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Rio Grande do Sul.

Em 2005, o jornalista Fernando Molica incluiu a série de reportagens escritas por Cunha para a revista *Veja* entre as “melhores reportagens produzidas em um dos piores tempos da nossa história”⁷⁰. No livro *10 reportagens que abalaram a ditadura*, organizado para a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo e publicado pela Editora Record, Molica se refere ao trabalho de Cunha e Scalco como “exemplos de persistência, determinação e capacidade de investigação jornalística.”⁷¹

De fato, a série de reportagens se estendeu durante 86 semanas, cerca de dois anos. Começou na edição de 29 de novembro de 1978, com o relato do encontro dos dois repórteres com homens armados no apartamento da rua Botafogo, onde Lilian Celiberti estava cativa. Terminou na edição de 30 de julho de 1980 que trouxe “a corajosa decisão do juiz Moacir Danilo Rodrigues, de Porto Alegre, condenando pela primeira vez no país agentes do intocável mecanismo de repressão armado pela ditadura de 1964”⁷².

Trinta anos (1978-2008) separam o novembro da primeira reportagem em *Veja* e o novembro do lançamento do livro-reportagem na Feira Internacional do Livro em Porto Alegre. Levou todos esses anos para que Cunha conseguisse recuperar os vários ângulos da história do sequestro dos uruguaios. Como o próprio autor explica na apresentação, era imediato o perigo da retaliação às pessoas que falassem naqueles tempos.

Três décadas depois da primeira matéria sobre o sequestro, descobri animado que algumas conversas difíceis naquela época ficaram menos complicadas, desobstruídas pelo tempo, ponderadas pela distância, depuradas no filtro da história e lapidadas na consciência de todos. Militares e paisanos, policiais e vítimas, gente do governo e da oposição, pessoas graúdas e figuras modestas falam agora com mais desenvoltura, embora ainda preservando a discrição, quando não o anonimato.⁷³

A jornalista Ana Beatriz Magno, em sua dissertação de mestrado sobre a reportagem na premiação Esso⁷⁴, identificou o trabalho de Cunha na categoria de 'fiscalização dos bastidores do poder'. Ela afirma que, em reportagens desse tipo, o repórter precisa ter fonte entre as autoridades, paciência nas investigações, confiança dos editores e credibilidade entre os leitores. Se seguir esse caminho – ela acrescenta – o jornalista tem a enorme chance de experimentar o efeito multiplicador da informação.

... a cada matéria publicada, a investigação cresce graças às novas informações que vão chegando ao jornalista. Foi o que aconteceu com o jovem Luiz Cláudio Cunha em 1979, então chefe da sucursal de *Veja*, em Porto Alegre. Na tarde de 17 de novembro, Luiz Cláudio Cunha estava fechando a edição de *Veja* com o resultado das eleições, quando recebeu uma ligação anônima. O interlocutor lhe fornecia o endereço do cativo de militantes de esquerda uruguaios, sequestrados por uma operação conjunta entre militares uruguaios e

⁶⁷ À época, o Prêmio Telesp era a maior premiação em dinheiro no Brasil. Com a privatização da telefonia nos estados brasileiros, a Telesp foi comprada pela espanhola Telefónica e a premiação jornalística foi extinta. Desde 1999, a Empresa Brasileira de Telecomunicações instituiu o também prestigioso Prêmio Imprensa Embratel.

⁶⁸ Cunha, 1993.

⁶⁹ Cunha e Reis, 1993.

⁷⁰ Molica, 2005: 9.

⁷¹ idem, p. 11.

⁷² Cunha, 2007: 19.

⁷³ idem, p. 22.

⁷⁴ Magno, 2006.

brasileiros. Luiz Cláudio foi atrás, encontrou o lugar, escreveu uma longa série de matérias e acabou virando personagem da sua própria coragem.”⁷⁵

Em verdade, Cunha era o chefe de jornalismo de toda a sucursal da Editora Abril na capital gaúcha. Ele próprio era repórter de *Veja*, porém também comandava os correspondentes de outras publicações jornalística da Abril, como as revistas *Placar*, *Quatro Rodas* e *Exame* – um detalhe que influiria, e muito, na investigação jornalística.

O dia 17 de novembro de 1978 era uma sexta-feira, quando então fechava a edição semanal de *Veja*. Pela manhã, Cunha acompanhava a finalização de votos da eleição realizada dois dias antes no Brasil, entre os dois únicos partidos políticos existentes à época: a governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Nessa eleição, Pedro Simon, que era uma das vozes mais críticas da oposição no Rio Grande do Sul, é eleito senador pela primeira vez. Para entrevistá-lo, Cunha envia Pedro Maciel e Ricardo Chaves – respectivamente, repórter e fotógrafo de *Veja* – para o litoral gaúcho, onde se encontra o novo senador. No burburinho do fechamento, Cunha atende o telefone para ouvir uma voz anônima avisar, em espanhol, que um casal de uruguaios com duas crianças estavam desaparecidos, *detenidos*. Cunha anota o endereço e, na ausência do fotógrafo de *Veja*, escala para lhe acompanhar o fotógrafo da revista esportiva *Placar*, João Batista Scalco. Ao chegarem no endereço indicado, Cunha fala em espanhol com a moça que abre a porta. Confundidos com outros membros do Partido pela Vitória del Pueblo (PVP), os dois são arrastados para dentro do apartamento e calçados com revólveres.

Aperto a campainha, com Scalco ao meu lado esquerdo. Aguardo. [...] Ergo a mão para soar a campainha outra vez, mas antes disso a porta se entreabre, devagar, e para. No espaço estreito surge o rosto pálido de uma jovem morena e miúda, de cabelos pretos escorridos, sobranceiras grossas e dois olhos arregalados, negros como um par de jabuticabas. [...]

– *Bueno, nosotros somos de la Editorial Abril y recibimos ahora una llamada de San pablo. Me gustaría saber si está todo bien... Yo...*

Não pude terminar a frase. Em um movimento firme e rápido, mas sem violência, a jovem afastou-se para o lado, me deixou falando sozinho. Calei por um bom, sólido, metálico motivo. Saiu de cena o negro profundo de seus olhos e entrou em seu lugar o interior escuro e estático do cano de uma pistola, a um palmo de minha testa. Era a minha vez, agora, de arregalar os olhos. Deixei o olhar escorrer pela arma cromada, que lembrava na forma e no tamanho uma pistola calibre 45. Fiz isso com o cuidado extremo de não perturbar qualquer nervo mais sensível de meu novo anfitrião. Minha maior preocupação, agora, era a mão direita, a que segurava a arma. Não queria fazer nada que pudesse contrair seus músculos – principalmente os do dedo indicador no gatilho da pistola.⁷⁶

Cunha e Scalco haviam encontrado o cativo de militantes de esquerda uruguaia, sequestrados em uma ação conjunta de militares uruguaios com a polícia civil gaúcha. Ao saírem de lá, ainda assustados, Cunha pergunta a Scalco se ele reconheceria alguém. O fotógrafo diz que um dos policiais se parecia com um antigo jogador do Sport Club Internacional de Porto Alegre. A investigação jornalística inicia ali.

Assim também começa a narrativa de *Operação Condor. O sequestro dos uruguaios*. A partir da descoberta do cativo, Cunha narra – em trinta capítulos – os fatos que envolveram essa ação da Operação Condor em solo brasileiro. Completamente diferente das narrativas de Mariano e Dinges, a de Cunha tem características de uma intriga policial ao estilo de Georges Simenon (1903-1989) e Raymond Chandler (1888-1959)⁷⁷, com o suspense estabelecido a cada final de capítulo.

⁷⁵ Magno, op. cit, p. 101.

⁷⁶ Cunha, 2008: 31-2.

⁷⁷ O belga Georges Simenon e o estadunidense Raymond Chandler são considerados mestres do romance policial. Simenon escreveu intrigas policiais simples, mas com personagens bastante complexas – a mais conhecida delas é o Inspetor Maigret, herói de mais de quarenta histórias. Chandler escreveu romances policiais e argumentos para o cinema. Em seu primeiro romance, *À beira do abismo/The big sleep* (1939), introduziu a personagem Philip Marlowe, herói de mais seis histórias, que foi vivido por Humphrey Bogart nas telas.

Para desenrolar a trama, Cunha repassa cena por cena da trama em detalhes, reconstrói diálogos inteiros e registra gestos, maneiras, roupas, hábitos, costumes, estilos de mobília. Enfim, tudo o que, desde os anos sessenta, foi pregado pelos adeptos do movimento conhecido como *New Journalism*, Novo Jornalismo⁷⁸ – e também praticado, entre 1966 e 1976, na redação da extinta revista *Realidade*⁷⁹.

Cunha também usa um quarto recurso do Novo Jornalismo: o 'ponto de vista da terceira pessoa'. Por essa técnica, o leitor é apresentado a cada cena por intermédio de uma personagem particular de sua narrativa. Ele tem a sensação de estar dentro da cabeça dessa personagem, experimentando a realidade emocional da cena da mesma forma como a experimenta a personagem. Isso só é conseguido quando o repórter consegue saber do sujeito por trás da personagem da narrativa quais foram seus sentimentos e emoções naquela determinada cena.⁸⁰ Foi o que Luiz Cláudio Cunha fez em sua narrativa sobre o sequestro. Ele entrevistou exaustivamente, oralmente e por escrito, as personagens condutoras de sua narrativa: Lilian Celiberti e Universindo Díaz.

Desta vez não há violência. Parece só uma rotina burocrática. Perguntam nome, sobrenome, tiram impressões digitais, checam documentos. Lilian responde, mas está preocupada com as crianças na sala ao lado. Antes de sair pede para uma mulher negra que trabalhava ali que cuide deles.

Lilian não tem mais ninguém em quem confiar. Conta rapidamente sobre os desaparecimentos de crianças na Argentina e implora para que ela ligue para seus pais em Montevideo e avise o que está acontecendo. Pede outra vez que cuide de seus filhos. Lilian fala rápido. Teme que o delegado entre de novo na sala.⁸¹

[...] Agora o salto dói cada vez mais no corpo machucado de Universindo.

As respostas continuam insatisfatórias. Tiram as algemas e atam as mãos aos tornozelos. Passam uma barra de ferro entre os punhos amarrados e a dobra do joelho e o penduram a uns cinquenta centímetros do chão. De cabeça para baixo, Universindo parece um frango assado. Ele está provando agora o gosto amargo, dolorido, de uma genuína invenção brasileira: o pau de arara, um dos mais temidos instrumentos de tortura dos cárceres do Cone sul, um legado verde-amarelo à civilização.

As perguntas continuam, os golpes também. A dormência se infiltra pelas artérias e veias dos pés e mãos, sem o sangue que se acumula na cabeça rente ao chão. A dormência cede lugar à dor, uma dor cada vez mais insuportável, indescifrável, intangível.

Para aumentar o sofrimento acoplam no braço, no pulso, na perna, na orelha, no dedo. Uma dezena de conexões diretas com a dor. Alguém pega um balde, joga a água sobre o corpo seminu. O medo congela, a água fria enregelada. A manivela gira mais rápida, os choques elétricos da *picana* provocam estertores, estremecem o corpo, as idéias, as convicções.

Universindo luta, resiste. Pensa na morte, no alívio, na paz.

A morte é o descanso.⁸²

Celiberti e Díaz não foram os únicos a repassar as cenas com Cunha. Ele colheu depoimentos e teve contribuições de 132 outras pessoas, que lhe passaram informações ou lhe fizeram rever detalhes.

Cunha faz sua narrativa de um lugar privilegiado, marcado por duas coordenadas importantes. Ele foi (1) testemunha ocular (*testis*) dos acontecimentos e (2) fez uma minuciosa investigação jornalística colhendo depoimentos dos sobreviventes do jugo do Estado totalitário (*supertes*). Essas são duas características importantes da literatura de testemunho.

⁷⁸ Ler Wolfe (2005) sobre os recursos usados pelos adeptos do New Journalism – entre eles Gay Talese, Tom Wolfe e John Sacks.

⁷⁹ No início da carreira, Cunha fez, como *free-lancer*, um perfil do gaúcho para a revista *Realidade*. A matéria 'O fim do gaúcho' foi publicada na edição nº 84 março/1973, assinada com o nome de José Antônio. Naquele trabalho, Cunha se fez acompanhar do repórter fotográfico Leonid Streliaev.

⁸⁰ O jornalista e professor Paulo Paniago defende que os recursos pregados pelo movimento do Novo Jornalismo já eram anteriormente utilizados pelos repórteres da revista *The New Yorker*. (Paniago, 2008)

⁸¹ Cunha, op. cit., p. 63.

⁸² Cunha, op. cit., p. 65-6.

A expressão 'literatura de testemunho' tem sido largamente usada para definir o testemunho de um tempo. Alude à capacidade de representação, com mediações formais, o processo social na qual se insere aquele que testemunha.⁸³

Para o escritor e dramaturgo guatemalteco Manuel Galich – um dos primeiros a tentar definir a *literatura testimonial* – a característica principal da narrativa-testemunho é tratar de um aspecto social da América Latina.⁸⁴ No final dos anos sessenta, a Casa de Las Americas, em Havana, passou a considerar a categoria 'testemunho' em seu prêmio literário.

Em *Operação Condor. O sequestro dos uruguaios* – que, aliás, recebeu a menção honrosa de literatura brasileira em 2010 da Casa de Las Américas – as características principais da literatura de testemunho se fazem presentes: (1) escrito dotado de um caráter documental e informativo; (2) enunciação, muitas vezes feita a partir de um *locus* eminentemente político; (3) narrativa contada em primeira pessoa; (4) narrador e protagonista incidem sobre a mesma figura; (5) narração autodiegética, com o tempo e espaço que decorrem dentro da trama, com suas particularidades, limites e coerências determinadas pelo autor; (6) ocupa-se de questões e/ou subjetividades que não gozam do mesmo prestígio daquelas representadas nos gêneros canônicos; (7) legitimização de vozes outras que não as hegemônicas; (8) utilização de material secundário autêntico (entre outros, prefácios, fotos e documentos); (9) recursos linguísticos e estilísticos trazidos da narrativa literária; (10) traços fortes de oralidade na narrativa-testemunho.

Efetivamente, o livro de Cunha tem caráter documental e informativo. Além de desvendar a trama do sequestro dos uruguaios ocorrida em 1978, o autor também registra o contexto da ditadura militar no Brasil (1964-1985) e, particularmente, o que era fazer jornalismo naqueles tempos. Daí, inclusive, o subtítulo da obra: *Uma reportagem dos tempos da ditadura*.

Vivia-se uma compassada era pré-digital, em que jornalistas não dispunham de celular, computador, correio eletrônico, *laptop*, internet, Google, Wikipédia... Não havia *gadgets*, nenhuma maravilha da realidade on-line, do paraíso *high-tech* e do universo wireless que pudesse facilitar a vida de um repórter. [...] As fotos não eram um milagre instantâneo. Passavam antes pelo papel, que era banhado em ingredientes mágicos que faziam a foto emergir lentamente no banho da revelação no quarto escuro. A transmissão de imagens não era um frenesi medido em *bytes* ou segundos. Levava quinze, vinte minutos para cada foto ser transmitida, via telefone, por uma geringonça barulhenta chamada telefoto. Dali saía às vezes não uma foto, mas um borrão imprestável que nos obrigava a repetir todo o processo. As matérias não eram digitadas em tela limpa e iluminada de computador, para transmissão fulminante via satélite. Todo o texto era batido na máquina de escrever, no máximo portátil, em laudas impressas que se empilhavam cheias de palavras cobertas pela letras X – a tecla que se usava para cobrir os erros de digitação e gramática, já que ainda não havia a miraculosa tecla 'delete' dos computadores. Datilografada a matéria, o texto era redigitado por um teletipista na máquina de telex – um aparelho ponto a ponto que transmitia o texto de porto Alegre para São Paulo, através de uma fita picotada que, em dia de sorte, não se rompia. Era preciso sorte.

Não existiam câmeras ocultas, nem se usava gravador. Grampo era uma façanha tecnológica de alcance exclusivo da repressão. As conversas eram olho no olho, repórter e fonte, sem nenhum gravador como intermediário. Naqueles tempos inseguros, o microfone de um gravador produzia mais insegurança na conversa do que certeza no texto. Em mais de seicentos dias de apuração, não existe uma única conversa gravada na série sobre o sequestro.

[...] é difícil imaginar que uma cobertura extensiva de 86 semanas tenha sido feita apenas com o suporte de escassa tecnologia, como canetas Bic e cadernetas objetivas nem sempre discretas. Nada além disso. O resto – diria Ricardo Kotscho – era sola de sapato, acrescido de muita conversa, teimosia e persistência. Ainda que misturadas pelo medo endêmico daqueles tempos.⁸⁵

⁸³ Sobre a literatura de testemunho, ler Marco (2004).

⁸⁴ A reflexão de Manuel Galich (1913-1984) sobre a literatura de testemunho foi publicada no *Boletín de la Casa de las Américas* de 02 de março de 1969.

⁸⁵ Cunha, op. cit., p. 20-1.

A narrativa de *Operação Condor. O sequestro dos uruguaios* é complementada por dois anexos. O primeiro, 'O Uruguai sequestrado', situa historicamente o Uruguai e contextualiza o país nos tempos de ditadura. O outro, 'A sombra do condor', é um breve histórico da Condor enfocando a participação do Brasil na operação e identificando, em primeira mão, os dois representantes do Brasil na fundação da operação no Chile, em 1975.

A narração altera da primeira pessoa para a terceira. A cena é narrada na primeira pessoa nos momentos em que Cunha se situa no cenário dos acontecimentos. Então, ele é o narrador e é também um protagonista.

Uma semana depois, contudo, as autoridades brasileiras ainda insistiam em duvidar publicamente dos fatos.

– Um caso sem importância, coisa de rotina, que provavelmente não chegará a Brasília – apostava o porta-voz da Polícia Federal.

Provavelmente.

A coisa de rotina não tinha chegado à capital brasileira, mas já alcançara uma cidade distante oito mil quilômetros da capital gaúcha – Washington, DC, capital dos Estados Unidos.

Para ouvir meu relato por ordem do Departamento de Estado, o cônsul dos Estados Unidos em Porto Alegre, Frederick Exton, sentou-se à minha frente na sucursal de *Veja* na tarde de 24 de novembro, a sexta-feira seguinte à nossa ida à rua Botafogo. No espaço de uma semana, o governo Carter reconhecia o que o governo Geisel teimava em negar publicamente.

– Washington é muito sensível à Anistia Internacional – justifica exton, arranhando o português com seu sotaque carregado, amenizado pelo sorriso largo no rosto comprido e magro. Durante quase duas horas, com letra miúda, o cônsul anota tudo o que eu digo em pequenas fichas brancas que carregava no bolso. Ao final, com uma expressão séria, reconhece:

- Isto é um foco inflamatório, capaz de infeccionar ainda mais a imagem internacional do Uruguai.

Cunha usa a sua voz para legitimar outras, não hegemônicas. Vozes que precisavam ser ouvidas, como as de Lilian e Universino. Vozes que não conseguiam ser ouvidas, como as do jornalista Paulo Totti e da economista Marinês Grando, que nunca antes tinham contado suas histórias.

É possível ler a identidade do jornalista Luiz Cláudio Cunha ao longo de toda a sua narrativa. Ele expressa seus posicionamentos com clareza. Seu lugar de fala é um *locus* político, de onde – com convicção – ele se compromete com suas ideias.

Tudo aquilo aconteceu tempos atrás, no sul do continente.

Tempos em que [as prisões de] Dignidad e Libertad machucavam a carne, sangravam a alma.

É importante não esquecer.

É necessário lembrar para resgatar o significado exato das palavras [dignidade e liberdade].

Lembrar e contar.

Em nome da dignidade.

Em nome da liberdade.⁸⁶

A literatura testemunhal descarta a ficção em favor da manutenção da fidelidade aos fatos narrados. No contexto jurídico, inclusive, o testemunho é o depoimento de uma terceira pessoa, a certificação que se faz necessária para a verificação da verdade entre duas partes. O testemunho só existe quando a verdade está enevoadada pela dúvida e pela mentira.

No caso do sequestro dos uruguaios, a verificação da verdade se fez necessária. Por diversas vezes, os militares uruguaios já haviam cruzado o rio da Prata com o intuito de prender ativistas da oposição. Até então, não se tinha conhecimento se, com esse fim, eles tivessem atravessado a fronteira seca do Brasil. Agora se tinha certeza: a ação tinha testemunhas. Cunha tinha uma nova versão para contar. Contou-a, primeiramente, na série de reportagens de *Veja*. Depois, passou trinta anos montando, pacientemente, o quebra cabeças da trajetória.

⁸⁶

idem., p. 443.

Como em *As garras do Condor*, Cunha ratifica a sua história com documentos, fotos e prefácios. São oito páginas com quarenta e quatro fotos identificando cada uma das personagens do sequestro dos uruguaios. São dois os prefácios: do jornalista José Roberto Guzzo, que era o diretor de *Veja* à época do sequestro, e do jornalista Juca Kfourri, então, diretor da *Placar*.

Difícil definir o que você lerá aqui. Porque se trata, sem dúvida de uma obra prima. Um primor de trabalho que, no entanto, melhor seria se não tivesse motivo para existir. Faz trinta anos que tudo aconteceu, mas parece trezentos. Difícil acreditar que vivemos tudo o que Cunha descreve com a precisão de repórter raro... A simples releitura do que foi aquela série de reportagens publicada em *Veja* já justificaria a lembrança justa de um tempo que faz parte do lixo da humanidade, mas nem por isso Cunha se limitou a recontá-la simplesmente. Ele a ampliou, a atualizou, fez novas descobertas e ainda complementou com dois anexos que trazem de volta as sombras de um plúmbeo Uruguai e a escuridão da conspiração que cobre de vergonha os que dela participaram sob as asas da Operação Condor. ... Melhor teria sido se nada nem parecido tivesse acontecido ontem, três curtas décadas atrás. Bem melhor seria que estas linhas ... exaltassem a arte ficcional de um novo escritor da literatura fantástica latino-americana. Mas, não! O que você lerá a seguir aconteceu passo a passo, choque a choque, até que o repórter a iluminou com a restauradora luz da verdade.⁸⁷

... O que se pode fazer para manter vivo um trabalho jornalístico é o que Luiz Cláudio está fazendo neste livro – com a vantagem de acrescentar ao relato da época aquilo que eventualmente ficou faltando, por causa da pressão dos prazos, pelas limitações do espaço e por não saber, no começo de uma história, tudo o que vai acontecer até o seu final. Além disso, ao reconstruir em toda a sua dimensão os fatos daquele momento, o autor ajuda a entender o presente, pois as páginas que se lerão a seguir envolvem, do começo ao fim, uma questão sempre atual: o papel decisivo da imprensa, e de repórteres como Luiz Cláudio Cunha e Scalco, para levar ao conhecimento geral atos que a autoridade pública não tem o direito de cometer e que gostaria de manter em segredo. ... Das reportagens, como da missa, o leitor só sabe a metade – a metade que foi escrita. A outra, que envolve a aventura pessoal do repórter para fazer seu trabalho, quase sempre fica oculta. O texto publicado não revela as angústias, as esperanças frustradas, as horas passadas em salas de espera... das pistas que são seguidas e acabam dando em nada, das dúvidas quanto à certeza desta ou daquela informação ... sobre o cansaço, o custo cobrado da vida familiar ou a solidão que tantas vezes acompanha o repórter ao longo da realização de uma reportagem. Deixa de fora a adrenalina, as emoções e a alegria plena... quando se confirma uma informação vital para a matéria. Agora, ... Operação Condor – O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura traz para o leitor a metade que não apareceu na época.⁸⁸

O enquadramento que Cunha dá à história da Operação Condor é em torno da ação em Porto Alegre, em novembro de 1978. Para explicá-la, Cunha domina o tempo diégético e o faz correr do presente para o passado e de volta para o presente. O próprio testemunho é uma tentativa de reunir os fragmentos do passado e, recuperando o seu contexto, tentar compreendê-lo

Considerações Finais

Neste trabalho analisei três dos livros sobre a Operação Condor publicados em 2003, 2005 e 2008, já depois da desclassificação de documentos, da localização de corpos e da narrativa dos sobreviventes daquela que foi a maior organização terrorista que se tem notícia na América do Sul.

Pela história oficial, o Brasil não participou da Operação Condor. Pelas narrativas dos jornalistas Nilson Mariano, John Dinges e Luiz Cláudio Cunha, o Brasil participou não só da fase 1 (troca de informação) como da fase 2 (prisão e sequestro de presos políticos de um país no solo de outro).

⁸⁷ Kfourri, in Cunha, op.cit., p.17-8.

⁸⁸ Guzzo, in op.cit., p. 15-6.

Os enquadramentos diferem. Cada um dos narradores regula a informação enunciada em quantidade (eventos, personagens) e em qualidade (posição afetiva, moral, ideológica) e condiciona a imagem da história projetada.

Nilson enquadrou as histórias dos presos e torturados, e dos familiares dos mortos e desaparecidos. Dinges enquadrou a omissão e a ambiguidade dos Estados Unidos diante do terrorismo de Estado desenvolvido dentro e fora da América Latina. Cunha narrou uma ação da Condor em Porto Alegre, na qual ele foi testemunha ocular. Cada um dos autores, sentados em diferentes lugares de fala, contribuem para a escritura de uma história mais plena do que foi e como agiu a Operação Condor.

Pela perspectiva diferenciada das três narrativas, a História ganha força, vida, relevância e significado. O passado volta, íntegro ao presente. O futuro fica mais definido.

A História resgatada do passado é a garantia de que ela não se repetirá no futuro.

Referências Bibliográficas:

ASSUNÇÃO, Luiz Fernando. O processo investigativo do jornalista Nilson Mariano. Dissertação de Mestrado. Orientação de Ronaldo Henn. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2005.

CLARK, Romy e IVANIČ, Roz. *The politics of writing*. Londres: Routledge, 1997.

CUNHA, Maria Jandyra C. et al. *Migração e identidade*. São Paulo: Centauro, 2007.

CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: O sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2009, 2a. ed..

_____. O sequestro de Lilian e Universindo – 15 anos depois. A farsa desvendada, *Zero Hora*, 22 nov. 1993.

CUNHA, Luiz Cláudio e REIS, João Guilherme. *O sequestro dos uruguaios: 15 anos depois*. Direção: João Guilherme Rei. Reportagem, roteiro e apresentação: Luiz cláudio Cunha. Porto Alegre: RBS TV, 21 nov. 1993. Vídeo (56 minutos).

DINGES, John. *Os anos do Condor: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. Trad. Rosana Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DINGES, John, e LANDAU, Saul. *Assassination on Embassy Row*. Londres: McGraw-Hill, 1981.

GITLIN, Todd. *The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the new left*. Berkley: University of California Press, 1986.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Nova York: Harper, 1974.

GUZZO, José Roberto. A outra metade da missa, Luiz Cláudio Cunha, *Operação Condor: O sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2009, 2a. ed., p. 15-16.

KFOURI, Juca. Olho no olho do condor, in: Luiz Cláudio Cunha, *Operação Condor: O sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2009, 2a. ed., p. 17-18.

KRISCHKE, Jair. Prefácio, in: Nilson Mariano, *As garras do Condor*, São Paulo: Vozes, 2003, p. 13-15.

MAGNO, Ana Beatriz. A agonia da reportagem. Das grandes aventuras da imprensa brasileira à crise do mais fascinante dos gêneros jornalísticos. Dissertação de Mestrado. Orientação Luiz Gonzaga Motta. Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

MARCO, Valéria . A literatura de testemunho e a violência de Estado. *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 62, n. 62, p. 45-68, 2004.

MARIANO, Nilson. *As garras do Condor*. São Paulo: Vozes, 2003.

_____. Montoneros no Brasil: terrorismo de Estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, orient. Helder V. Gordim da Silveira, 2006.

MEAD, Margareth. *Male and female*. Nova York: Quill, 1996 (1949).

MENDONÇA JORGE, Thaís. *Manual do foca. Guia de sobrevivência para jornalistas*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. A notícia e os valores-notícia. O papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa. *UNIrevista*, vol. 1, n° 3 : (julho 2006). Acessível em www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Jorge.pdf - , em 20/02/2010.

MOLICA, Fernando (org.). *10 reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: record, 2005.

MOTTA, Luiz. . Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos. In: Luiz Felipe Miguel e Flávia Biroli. *Mídia, representação e democracia*. Ed. Hucite, 2010, pp. 135-1661.

PANIAGO, Paulo. Um retrato interior. O gênero perfil nas revistas *The New Yorker* e *Realidade*. Tese de doutorado. Orientação de Luiz Gonzaga Motta e Maria Jandyra Cunha. Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

WOLFE, Tom. *Radical Chique e o novo jornalismo*. Trad. José Rubens Siqueira; posfácio Joaquim Ferreira dos Santos. São paulo: Companhia das Letrs, 2005.